

# Pesquisa em Educação Básica





# Considerações sobre os Processos de Violência na Escolarização Feminina



Caren Rejane de Freitas Fontella\*

## Resumo:

O presente artigo busca descrever as expressões da violência de gênero vivenciadas por uma ex-aluna do Proeja e analisar as repercussões em sua trajetória escolar. A metodologia utilizada foi a pesquisa narrativa, através de entrevista semiestruturada realizada com uma egressa da educação profissional de jovens e adultos; residente em um bairro de periferia na cidade de Porto Alegre/RS. O método de análise do corpus foi a Análise Textual Discursiva (ATD), que permitiu a emergência de duas categorias: “As condições sociais de pobreza e o percurso educacional de mulheres” e “Casamento, maternidade, responsabilidades domésticas e os percursos educacionais de mulheres”. Inferimos que a entrevistada sofreu diversos tipos de violência durante sua trajetória; percebe-se pela narrativa que as violências sofridas por ela foram silenciadas em toda a sua trajetória e, por muitas vezes, naturalizadas pela própria entrevistada.

## Palavras-chave:

Gênero. Trajetórias femininas. Violências.

## Abstract:

This article aims to describe the expressions of gender violence experienced by a Proeja graduate and to analyze the repercussions in her school trajectory. The methodology used was the narrative research, through a semi-structured interview conducted with a graduate of the professional education of youth and adults; resident of a suburban neighborhood in the city of Porto Alegre / RS. The method of analysis of the corpus was the Discursive Textual Analysis (ATD), which allowed the emergence of two categories: the social conditions of poverty and the educational path of women and Marriage, maternity, domestic responsibilities and the educational path of women. We infer that the interviewee suffered several types of violence during her career, and it is evident from the narrative that the violence suffered by her was silenced throughout her career, and was often naturalized by the interviewee herself.

## Keywords:

Gender. Feminine trajectories. Violence.

## Introdução

O conjunto das relações sociais é, notadamente, marcado por desigualdades de gênero que geram diversos tipos de violência, desde as mais evidentes, como agressões

\* > Licenciada em Física pela UFRGS. Especialista em Física para a Educação Básica pela UFRGS. Mestra em Engenharia pela UFRGS. Doutoranda em Educação na PUCRS. E-mail: caren.fontella@gmail.com.

físicas, até as mais sutis, como preconceito, desvalorização do trabalho feminino, o interrompimento dos seus estudos, dentre outras, definidoras da posição social das mulheres.

O estudo de questões relativas à violência, no Brasil, tem sido marcado por reflexões acerca da exclusão social e das relações sociais. Na vida diária, a violência manifesta-se de inúmeras formas e, em alguns casos, não causa reação de perplexidade nas pessoas, mas, sim, de conformidade. A exclusão social dos indivíduos é uma das manifestações mais violentas de nossa sociedade, uma vez que produz a carência de qualquer horizonte de perspectivas (WANDERLEY, 1999).

As desigualdades que decorrem de questões de gênero se reproduzem nas diferentes dimensões da vida em sociedade, no espaço privado e no espaço público, inclusive no campo das políticas públicas e sociais. São desigualdades de toda ordem: social, econômica, política, cultural, que atingem de modo diferenciado homens e mulheres, sendo elas a parcela da população que vivencia essas desigualdades e opressões cotidianamente de forma acentuada. As pesquisas sobre gênero e escolarização feminina apontam para um processo de exclusão de mulheres pertencentes às camadas populares do ambiente escolar, principalmente, devido a obrigações domésticas ou a atividades, das mais diversas ordens, no mercado de trabalho, para viabilizar o sustento da família, seja no emprego doméstico, em subempregos ou em outras atividades informais.

Quanto ao direito à educação, embora garantido constitucionalmente, não se materializa para muitas mulheres devido às desigualdades arraigadas no tripé da dominação-exploração formado pelo patriarcado, racismo e capitalismo. Tal condição constitui uma violação do direito à escolarização, pois, mesmo que acessem a instituições de ensino, não conseguem nelas permanecer. Além disso, somam-se as relações discriminatórias produzidas e reproduzidas dentro da instituição escolar. O modelo vigente reforça a educação a serviço da exclusão, não da inclusão social. Ademais, os destinos de gênero também determinam o afastamento das mulheres da escola, já que seu papel social foi designado à esfera privada.

Este artigo buscou descrever as expressões de violência de gênero vivenciadas no processo de escolarização feminina, a partir de entrevista semiestruturada realizada com uma egressa do Proeja. Para discutir as tensões que envolvem a problemática, buscou-se apreender empiricamente como a violência de gênero evidencia-se nas particularidades das mulheres e como ela interfere no seu processo de escolarização.

## Gênero e as reflexões sobre violência

para Saffioti (2015), o conceito de gênero não se resume apenas a uma categoria de análise, mas também a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Gênero refere-se à maneira como as diferenças sexuais são compreendidas em uma determinada sociedade, e não é uma variável demográfica, biológica ou natural, mas traz toda uma carga cultural e ideológica, já que, conforme dito por Simone de Beauvoir «[...] ninguém nasce mulher, torna-se mulher» (BEAUVOIR, 1980, p. 9). Dessa forma, o conceito de gênero confirma que biologia não é destino, ninguém é naturalmente mulher ou homem, feminina ou masculino, uma vez que estes significados são construções sociais. Segundo o documento do MEC sobre Gênero e Diversidade Sexual na Escola,

Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas<sup>1</sup> que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e

1 > A divisão sexual do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas e a cultura de sexo/gênero que lhe é subjacente decretam que o trabalho das mulheres não é uma contribuição socialmente importante para a reprodução da espécie e não garante o seu bem-estar. (CASTRO, 1989, p. 105).

de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é – e o que não é – considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo. (BRASIL, 2007, p. 16)

No decorrer de nossas vidas, somos impelidos pela sociedade a adotar determinados papéis sociais. A sociedade delimita com bastante precisão os campos em que a mulher pode ou não operar, da mesma forma que faz com os homens. E, apesar de todas as conquistas, a vida da mulher contemporânea ainda acontece em condições históricas de hegemonia patriarcal.

Para Saffioti (2015), a compreensão popular de violência apoia-se num conceito, que é ainda hoje, aceito como o verdadeiro e o único: da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja ela física, psíquica, sexual ou moral. Para a autora, a violência de gênero é um fenômeno democrático, pois não escolhe classe social, cor, idade, país ou religião. Inseridas nas relações antagônicas fundamentais formadas pelo nó das contradições de classe social, raça/etnia e gênero, as mulheres vivenciam diversas formas de violência. Todavia, admite-se que aquelas oriundas das classes trabalhadoras, com condições precárias de vida, e as negras, atingidas pelas diversas formas de racismo, estão mais suscetíveis à violência.

A violência é tão presente em nosso cotidiano que, muitas vezes, não notamos o quanto somos violentados, uma vez que uma situação pode ser considerada não violenta para quem a vê, entretanto pode ser de extrema violência para quem a experimenta (SIQUEIRA, 2009), e se impõe como um fenômeno que apresenta uma dinâmica complexa, diversificada, concreta e material. Sendo esta uma discussão que pretende abranger reflexões acerca da violência, é imprescindível compreender que ela pode se manifestar de diversas maneiras, sendo distribuída desigualmente, assumindo diferentes papéis sociais e possuindo caráter revelador de estruturas de dominação (NETO; MOREIRA, 1999).

Marilena Chauí (1985) concebe a violência contra as mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. A autora define violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado, tornando-se dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “[...] capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (CHAUÍ, 1985, p. 36). A perspectiva feminista e marxista do patriarcado foi introduzida no Brasil pela socióloga Heleieth Saffioti (1976) e, diferentemente do conceito de dominação trazido por Chauí, a autora vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista.

A partir da discussão do referencial teórico, foram definidos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Esses procedimentos são apresentados a seguir.

## Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa pauta-se pelo paradigma qualitativo. Sendo assim, fazem-se necessários alguns esclarecimentos sobre o que se entende como pesquisa qualitativa:

[...] pesquisa qualitativa não pretende generalizar os resultados que alcança no estudo. Apenas pretende obter generalidades, idéias predominantes, tendências que aparecem mais definidas entre as pessoas que participaram no estudo, que podem ser aceitas ou não pelos especialistas que se desenvolvem no campo no qual se realiza a pesquisa (TRIVIÑOS, 2001, p. 83).

A pesquisa qualitativa surge para suprir uma necessidade presente nos estudos voltados às ciências humanas e sociais que buscam compreender e analisar a realidade segundo concepções ontológicas e gnosiológicas, isto é, uma metodologia que possibilite a interpretação de informações de modo mais amplo que o simples dado objetivo. Conforme apontado por Bogdan e Biklen (1994, p. 291), é

[...] um método de investigação que procura descrever e analisar experiências complexas. Partilha semelhança com métodos de relações humanas, na medida em que, como parte do processo de recolha dos dados, devemos escutar corretamente, colocar questões pertinentes e observar detalhes. Mas os seus objetivos não são terapêuticos.

Nessa abordagem, existe um forte viés social, que leva ao estabelecimento de uma relação entre o(a) investigador(a) e o contexto no qual a investigação ocorre. Na perspectiva qualitativa, foi realizado um estudo narrativo (ABRAHÃO, 2014; CRESWELL, 2014) cujo *corpus* foi construído a partir de entrevista semiestruturada realizada com uma egressa do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), residente em um bairro da periferia de Porto Alegre/RS.

Para Creswell (2014), um tipo específico de narrativa é a história oral, que focaliza reflexões pessoais sobre um evento específico com a finalidade de conhecer visões contextualizadas de determinados fenômenos sociais, neste caso, a relação ao ser mulher e os tipos de violência sofridos em sua trajetória de vida.

O instrumento de construção do *corpus* de análise foi a entrevista semiestruturada, segundo a perspectiva teórica de Flick (2004) e o método utilizado para análise seguiu a perspectiva teórica da Análise Textual Discursiva (ATD), de acordo com as propostas de Moraes e Galiazzi (2007). Nesse processo de análise, emergiu a categoria “Violências no processo de escolarização feminina”, cuja descrição e interpretação são apresentadas a seguir.

## Resultados e discussões

A partir da narrativa da entrevistada, com a análise do *corpus* de pesquisa, identificamos diversas situações nas quais ela sofreu algum tipo de violência em seu processo de escolarização. Para melhor conhecimento da entrevistada, foram sistematizadas, no quadro abaixo, algumas de suas características.

**Quadro 1 – Dados da entrevistada**

Identificação	Idade	Nº de filhos	Estado Conjugal	Cor/Raça <sup>2</sup>	Local de residência	Renda familiar per capita
P1	44	4	Separada	Branca	Bairro Restinga	Até 1/4 de salário mínimo

Fonte: Fontella (2019)

Esses dados, sempre que pertinente, serão ressaltados, conforme as análises e interpretações do eixo temático que norteou o estudo. A seguir são apresentados os resultados da análise da narrativa, dialogando com o referencial adotado, no qual os excertos das falas da egressa foram explorados com mais atenção.

2 > As categorias de cor ou raça utilizadas pelo IBGE são: branca, parda, preta, amarela e indígena.

## As condições sociais de pobreza e o percurso educacional de mulheres

A entrevistada, denominada P1, expôs dificuldades de se manter na escola em virtude de questões de vulnerabilidade socioeconômica. É um problema estrutural que priva milhares de famílias das necessidades básicas de alimentação, saúde, emprego e lazer e acesso à educação formal. P1 mencionou que, em seu ensino fundamental, fez a primeira série em uma escola particular, no interior, e, na metade de sua segunda série, mudou-se com seus pais para Porto Alegre. Contou que, até a 5ª série, foi tudo relativamente bem com seus estudos. Porém, a partir disso, tem início uma história de retenções, que acabam culminando em seu primeiro inter rompimento escolar na sétima série: “[...] na quinta série, com aquela função de ter vários professores, eu repeti de ano pela primeira vez. [...] e com o advento da separação dos meus pais, fiquei rodando na 7ª série várias vezes, não conseguia, não tinha como” (P1, citação oral a partir de entrevista).

A narrativa trouxe questões financeiras e situações familiares como os principais elementos para o inter rompimento dos estudos. Após ficar anos afastada da escola, concluiu o ensino fundamental em um curso supletivo e fez o mesmo em seu ensino médio. Entretanto, a secretaria da educação (SEC) não reconheceu o local onde ela realizou o curso, de forma que P1 não conseguiu seu diploma de ensino médio: “Daí entrei no [...], que depois não foi reconhecido pela SEC, e eu fiquei sem meu ensino médio”. (P1, citação oral a partir de entrevista). Um pouco mais tarde, já com filhos e ainda sem concluir o ensino médio, ela novamente tenta retomar os estudos. Contudo, devido à grande carga horária de trabalho, não permaneceu muito tempo cursando o ensino médio regular. “Tentei estudar, mas não tinha como, eu trabalhava dez horas por dia” (P1, citação oral a partir de entrevista). É preciso chamar atenção para a violência resultante da falta de acesso aos serviços necessários, da falta de qualidade ou inadequação do atendimento, que representa mais uma agressão à pessoa que busca assistência para os diversos tipos de necessidades.

Cabe, neste momento, refletir sobre a finalidade da Educação para entender quais são seus limites e quais as possibilidades de se utilizar esta ferramenta com vistas ao processo de emancipação da mulher. Segundo Freire (1973), a Educação pode seguir dois caminhos: contribuindo para o processo de emancipação humana, ou domesticando e ensinando o indivíduo a ser passivo diante da realidade que está posta.

A inexistência de políticas educacionais, expressa na falta de equipamentos e serviços públicos que dessem condições para essas mulheres adentrarem e permanecerem na escola, também se configurou num entrave. A violência institucional para com a mulher ocorre diariamente e de forma já naturalizada. No momento em que a mulher não consegue vaga em creche para os filhos, impedindo-a de dar continuidade aos seus estudos, o Estado está sendo negligente, submetendo-a a uma situação de violência. “E não conseguia creche pra nenhum” (P1, citação oral a partir de entrevista). O não acesso a esse direito, manteve a entrevistada por diversos anos fora da escola. Negar, de alguma forma, o direito ao aprendizado é uma violência institucional, uma vez que a escola deixa de cumprir o seu papel central: o de ensinar e o de aprender.

A violência vista na ótica da estrutura das instituições, e paralelamente considerando a história da educação infantil, parece ser tão perversa quanto qualquer outra modalidade de violência (SANTOS; FERRIANI, 2009, p. 46).

A entrevistada passou por violências de gênero, manifestadas na forma institucional e estrutural, sofridas no momento em que teve seu direito à educação negado; além da violência simbólica, que vem da naturalização do papel social atribuído à mulher: a de dona de casa, que cuida dos filhos e que portanto não precisa estudar. Por conseguinte, a educação é essencial para a realização plena da igualdade entre mulheres e homens, e para

que tenhamos uma sociedade mais justa e mais humana no futuro. Marcarini e Méndez (2014, p. 349) afirmam que: “[...] a educação tem papel importante na vida das mulheres, pois representa dois movimentos de resistência: primeiro ao determinismo da vida das mulheres em face do patriarcado; segundo, ao acesso a novos horizontes, novas possibilidades”.

É importante ressaltar que a violência esteve tão presente no cotidiano da entrevistada que, por diversas vezes, ela não se deu conta do quanto foi violentada. As mais diversas formas de violência, em geral, são naturalizadas, e tidas como normais, de modo que é importante dar visibilidade às violências, para que possam ser reconhecidas como tais pela sociedade.

### Casamento, maternidade, responsabilidades domésticas e os percursos educacionais de mulheres

A entrevistada iniciou de forma precoce sua vida adulta – começou a trabalhar com apenas dezesseis anos, em seguida casou e aos vinte teve seu(sua) primeiro(a) filho(a). Contou que sem ter com quem deixar os(as) filhos(as) para poder trabalhar, optou por deixá-los(as) por um tempo com a avó paterna, porém que logo em seguida lembra que ela aparece em seu serviço lhe dizendo que buscasse as crianças, ou que as largaria na FEBEM. “Eu tive que deixar eles na casa da avó paterna [...] Mas ela apareceu no meu serviço e disse pra eu ir na casa dela buscar as crianças [...] ou ia largar os dois na FEBEM” (P1, citação oral a partir de entrevista). Além disso, P1 também buscou ajuda da própria família, que, da mesma forma, lhe foi negada. “Cheguei no meu pai ele não quis falar comigo, cheguei na minha mãe e ela disse: se tu largar esses dois em algum lugar tu pode ficar aqui” (se referindo aos netos) (P1, citação oral a partir de entrevista).

O papel esperado das adolescentes nas camadas populares ainda é o cuidado com a casa e com os filhos, e a manutenção do casamento em qualquer situação. Frente às poucas possibilidades de se emanciparem economicamente, para muitas adolescentes, a maternidade é uma maneira de ingresso no mundo adulto. Nesses extratos sociais, a família ocupa posição central, o que não ocorre com o trabalho e a escolaridade (OLIVEIRA, 2008).

O Brasil tem a sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul, empacando com Peru e Suriname, com um índice de 65 gestações para cada um mil meninas de quinze a dezenove anos, segundo dados referentes ao período de 2006 a 2015 divulgados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). De acordo com a agência da ONU, um em cada cinco bebês que nascem no Brasil é filho de mãe adolescente.

Contou que, quando chegou em Porto Alegre, já com dois(duas) de seus(suas) filhos(as), não tinha nem sequer uma casa para morar. Procurou a família para pedir ajuda, que lhe foi negada “[...] liguei pra minha mãe, liguei pro meu pai, liguei pra todo mundo, minha família não quis saber.” (P1, citação oral a partir de entrevista) Sem casa para morar, e família que lhe apoiasse, ela contou que passou de casa em casa, até que um amigo lhe conseguiu um lugar mais fixo para morar com os dois filhos “[...] eu rolei por doze casas diferentes, de pessoas estranhas, ninguém da família” (P1, citação oral a partir de entrevista).

E aí foi quando eu conheci o pai dos mais novos, e meio que por necessidade tive que ficar com ele mesmo, fui pra casa da mãe dele, para sair daquela situação que eu estava, tirar os guris daquela situação. (P1)

De fato, conforme apontado por Pallota e Lourenço (1999), um grande número de mulheres vive sob o jugo econômico de seus companheiros, e submetem-se anos a fio a

todos os tipos de violência, e somente procuram lutar por esses direitos quando a situação fica de fato intolerável. Muitas vezes, a dependência financeira é fator de aceitação em um relacionamento marcado pela violência, seja física, sexual ou psicológica (PAIVA, 1999), como foi o caso de P1.

Além disso, delegar o cuidado dos(as) filhos(as) a terceiros é, para a mulher, uma decisão dolorosa: essa, ao se afastar dos(as) filhos(as), seja para estudar ou trabalhar, muitas vezes, passa a assumir culpas e a se considerar relapsa com as suas atribuições de mãe, conforme apontado por P1: “Tive que arrumar gente que eu nunca tinha visto na vida pra ficar com eles, e foi bem complicado.” (P1, citação oral a partir de entrevista) Essa situação se complica quando o companheiro não assume nenhuma responsabilidade com os cuidados dos(as) filhos(as). Ela contou que nenhum dos dois maridos a auxiliou em relação à criação dos filhos. “Não me ajuda em nada, o pai dos mais velhos também não. Fiquei dezoito anos na justiça para pegar pensão.” (P1, citação oral a partir de entrevista) A lógica da responsabilidade pelo cuidado com a família pertencer a mulher se reproduziu na criação da entrevistada, assim como na da maioria das mulheres.

Diante do relato, identificou-se que o casamento, a maternidade e as responsabilidades com o cuidado da casa e companheiro, foram elementos que cooperaram significativamente para a interrupção da trajetória escolar. A maternidade restringiu e/ou adiou seu acesso à escolarização. A narrativa mostrou que a sobreposição das estruturas de dominação-exploração determinou a interrupção dos seus estudos. Foram diversas formas de violência, traduzidas pela opressão feminina por vários sujeitos, diferentes espaços, em distintos momentos, anterior e concomitante às suas relações conjugais. As categorias pobreza, casamento, maternidade, responsabilidades domésticas e violência atravessaram sua trajetória escolar.

## Considerações finais

Existem diferentes formas de violência contra a mulher, dentre elas a violência social, jurídica, doméstica, psicológica, a física e a sexual. Sobre a trajetória da entrevistada, perceberam-se diversas formas de violência às quais ela fora submetida, infligidas pela instituição familiar, pelo poder público e por instituições privadas; sendo muitas destas violências disfarçadas na forma de preconceitos e desapercibidas em toda narrativa da entrevistada. Nossas reflexões seguem no intuito de dar visibilidade a estas questões pelo que elas realmente são: relações desiguais de poder que geram processos violentos, que por muitas vezes são tidos como naturais pela sociedade.

Em momentos diferentes de sua vida, ela sofreu violência institucional, ao procurar emprego e ter o acesso negado devido ao local de sua residência (região de periferia), ou no momento em que fora despedida por estar grávida e, novamente, quando teve que mentir sobre ter filhos para conseguir e manter seu emprego. Vimos que a violência se manifesta das mais diversas formas: simbólica, estrutural, institucional.

Espera-se que o presente estudo possa contribuir para a compreensão acerca dos tipos de violências sofridos pelas mulheres ao longo de sua trajetória escolar, além de conhecer quais e como essas violências se manifestam. Sabemos, no entanto, que o trabalho apresentado não se esgota aqui e que é necessário desenvolver mais estudos sobre essa relação, a fim de que a mulher seja vista como sujeito integral, dentro das complexidades que se apresentam no seu fazer cotidiano.

## Referências

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BOLÍVAR, Antonio. *La investigación (Auto)Biográfica en educación. Miradas cruzadas entre Brasil y España*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.
- ARENDT, Hannah. *Sobre Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1973.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. v. I. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*, 2007. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad4\\_gen\\_div\\_prec.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. São Paulo: Zahar Editores, 1985, p. 25-62.
- CRESWELL, John W. Cinco abordagens qualitativas de investigação. In: *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Educação para a liberdade*. Porto: Escorpião, 1973.
- MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e pobreza no Brasil*. Relatório final do projeto Governabilidad Democrática de Genero en America Latina y el Caribe. Brasília, 2005. 47p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Unijuí, 2007.
- NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência e saúde coletiva*. v. 4, n. 1, p. 33-52, 1999.
- PAIVA, José Roberto. As origens da violência. Um ensaio sobre a psicopatologia do comportamento agressivo, 1999. Disponível em: <http://www.members.tripod.com>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- PALLOTA, M.; LOURENÇO, M. *Violência*, 1999. Disponível em: <http://209.143.148.118/adv-pl>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão popular, 2015.
- SANTOS, Lana Ermelina da Silva dos; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. A violência institucional em creches e pré-escolas sob a ótica das mães. *Rev. bras. enferm.* v. 62, n. 1, 2009, p. 45-50.
- SIQUEIRA, Marcus V. S. Violência no trabalho e o homem descartável: um estudo de aproximação entre a sociologia clínica e a psicodinâmica do trabalho. In: *Anais do II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*. Curitiba: ANPAD 2009.
- WANDELEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader B. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.